

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Questões Relevantes de Financiamento de Campanha

Docente

Ana Claudia Santano

Mini currículo

Doutora e Mestra em Ciências Jurídicas e Políticas, Universidad de Salamanca, Espanha. Estágio Pós-doutoral em Direito Público Econômico e Direitos Humanos (PUC-PR) e em Direito Constitucional (Univ. Externado, Colômbia). Integrante da Associação Internacional de Direito Administrativo (AIDA); da Associação Iberoamericana de Direito Eleitoral (AIDE); Membro fundadora da Red Latinoamericana de Investigadores sobre Estado de Derecho, Democracia y Derechos Sociales (REDESS) e membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenadora Geral da Transparência Eleitoral Brasil. Professora visitante na National Law University e na Govind Ramnath Kare College of Law (Índia). e na Universidad de El Salvador. Professora de direito constitucional, eleitoral, parlamentar e de direitos humanos em diversos cursos de especialização, mestrado e doutorado no Brasil e na América Latina

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/6241908411721255>

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Modalidade: EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

Carga horária: 6 horas-aula

Local de realização: Ambiente Virtual de Aprendizagem – TSE

EMENTA

Teoria geral e regime jurídico. Dinheiro e democracia; Teoria geral do financiamento e modelos no direito comparado; Regime jurídico brasileiro pós-2015. Fontes de financiamento e captação regular. Fontes privadas autorizadas e vedadas; Fontes públicas e regras específicas; Financiamento e ações afirmativas. Aplicação regular, gastos e prestação de contas. Gastos eleitorais regulares e comprovação; Prestação de contas, inconsistências e sanções; Estudos de caso e análise de riscos atuais

JUSTIFICATIVA

No contexto da Justiça Eleitoral, observa-se uma demanda por qualificação contínua dos servidores diante da complexidade das práticas de financiamento de campanhas, marcada por constantes inovações normativas que demandam uma análise integrada de conceitos e institutos jurídico-burocráticos. O desempenho potencialmente buscado refere-se à capacidade de identificar e mitigar riscos em prestações de contas, evitando inconsistências que prolongam processos judiciais e fragilizam a função fiscalizadora.

Assim, esta disciplina busca aprimorar e atualizar conhecimentos sobre financiamento de campanhas para além da teoria, combinando suas bases a modelos comparados, bem como aprofundando temas

relacionados, como ações afirmativas, aplicações práticas e estudos de caso. O objetivo é capacitar os participantes para uma fiscalização mais precisa e proativa, elevando a eficiência operacional e reforçando o papel da Justiça Eleitoral na *accountability* de candidaturas e de partidos.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver competências para analisar criticamente e aplicar o regime jurídico de financiamento de campanhas eleitorais, identificando riscos e irregularidades em prestações de contas no contexto das eleições de 2026.

Objetivos Específicos

- Analisar modelos de financiamento no direito comparado, relacionando-os à teoria geral para avaliar práticas eleitorais.
- Identificar fontes de financiamento privadas autorizadas, vedadas e públicas, aplicando regras específicas de captação e integração com ações afirmativas.
- Classificar gastos eleitorais regulares e irregulares, comprovando sua adequação por meio de critérios normativos e procedimentais, assim como detectando inconsistências e propondo sanções aplicáveis
- Avaliar estudos de caso reais, identificando riscos atuais e desenvolvendo estratégias preventivas de mitigação.

PÚBLICO- ALVO

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

VAGAS E PROCESSO SELETIVO

Até 500 (aula síncronas)

Vagas ilimitadas (aula assíncronas)

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

| Objetivos Específicos | Conteúdo Programático | Metodologia | Carga Horária | Recursos | Avaliação |
|---|--|---|---------------|---|----------------------------|
| Analisar modelos de financiamento no direito comparado, relacionando-os à teoria geral para avaliar | Módulo 1 – Teoria geral e regime jurídico <ul style="list-style-type: none">• Unidade 1.1 – Dinheiro e democracia: Funções do financiamento; Riscos na dinâmica. | Aula síncrona com abordagem ativa e reflexiva | 2h | Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97 Artigos científicos | Conforme plano de tutoria; |

| | | | | | |
|---|--|---|------|--|---------------------------|
| práticas eleitorais. | <ul style="list-style-type: none"> • Unidade 1.2 – Teoria geral e modelos comparados: Modelos privado/público/misto ; Tendências globais. • Unidade 1.3 – Regime brasileiro pós-2015: Evolução normativa; Princípios. | | | | |
| Identificar fontes de financiamento privadas autorizadas, vedadas e públicas, aplicando regras específicas de captação e integração com ações afirmativas. | <p>Módulo 2 – Fontes de financiamento e captação regular</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade 2.1 – Fontes privadas: Autorizadas (PF, eventos); Vedadas (PJ, RONI). • Unidade 2.2 – Fontes públicas: Fundo Partidário/FEFC; Regras campanhas. • Unidade 2.3 – Ações afirmativas: Percentuais mínimos; Impactos análise. | Exposição dialogada; análise resoluções em grupo. | 2h | Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97 Artigos científicos | Conforme plano de tutoria |
| Classificar gastos eleitorais regulares e irregulares, comprovando sua adequação por meio de critérios normativos e procedimentais, assim como detectando inconsistências e propondo sanções aplicáveis | <p>Módulo 3 – Aplicação regular, gastos e prestação de contas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade 3.1 – Gastos e comprovação: Conceito; Rol admitidos; Boas práticas. • Unidade 3.2 – Prestação de contas e sanções (0h40): Estrutura PC; Inconsistências | Exposição dialogada; análise resoluções em grupo. Julgados e súmulas. | 0h50 | Resolução 23607/2019, TSE Constituição Federal Lei 9504/97 Artigos científicos | Conforme plano de tutoria |
| Avaliar estudos de caso reais, identificando riscos atuais e desenvolvendo estratégias preventivas de mitigação. | <p>Módulo 3 – Aplicação regular, gastos e prestação de contas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade 3.3 – Estudos de caso e riscos (0h30): Casos reais; Fiscalização interinstitucional. | Exposição dialogada; análise casos. Julgados e súmulas. | 0h30 | Casos TSE anonimizado; portal DivulgaCand | Conforme plano de tutoria |

MATERIAL COMPLEMENTAR

Não há.

ATUAÇÃO DE TUTORES E TUTORAS

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

ATUAÇÃO DE PARTICIPANTES

Participar das atividades, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Adriana Soares; MARIANO, Jonas Igor Arcanjo. A relação entre valores arrecadados e votos obtidos: uma análise dos deputados federais do Ceará nas eleições de 2022. *Suffragium - Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará*, Fortaleza, v. 13, n. 22, p. 71-88, jan./jun. 2024.

CAMPOS, Ligia Fabris. Litígio estratégico para igualdade de gênero: o caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 1, p. 387-415, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39816>.

EVANGELISTA, Gildene Pequeno; BERG, Gláucia Bertocchi Faria; OLIVEIRA, Marcos Heleno Lopes; PEREZ, Olivia Cristina. Aumento de candidaturas de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ e as alterações nas regras eleitorais. *Estudos Eleitorais*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2025. Disponível em: <https://revistaaje.tse.jus.br/estudoseleitorais/article/view/310>

LORENCINI, Bruno Cezar; DEIRÓ GUNDIM, Wagner Wilson. A EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL DIMENSÕES JURÍDICA E POLÍTICA. *REVISTA DA AGU*, [S. l.], v. 20, n. 04, 2021. DOI: 10.25109/2525-328X.v.20. n.04.2021.2743. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2743>

LÓSSIO, Luciana. Participação de mulheres na política e candidaturas femininas. In: SANTANO, Ana Claudia; PEREIRA, Rodolfo Viana; SILVEIRA, Marilda de Paula; COSTA, Tailaine Cristina. *Proposições para o Congresso Nacional: reforma política*. Brasília: Transparência Eleitoral, 2020. p. 137-147. DOI: 10.29327/526493.

MARQUES, Danusa e BIROLI, Flávia (orgs.). *Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres?* In: ATENEA- Brasil: por uma democracia 50/50. ONU mulheres; PNUD Brasil e IDEA Internacional. 2019. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf Acesso em 10 de março de 2023.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER. *Nota técnica sobre a PEC 18/2021: Comentários sobre a PEC 18/2021 e parecer apresentado pela Relatora no âmbito da Comissão Especial da Câmara dos Deputados.* 2022. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/observatorio-de-violencia-politica-contr-a-mulher/>

PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 102, p. 155-171, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TnKTxD8TL3Kqg58CdWfcV5n/> Acesso em: 15 mar. 2023.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (org.). *Mulheres, poder e ciência política*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. v.1, p.75-108.

SANTANO, Ana Claudia. Candidaturas De Mujeres y Acciones Afirmativas De Financiamiento Electoral En Brasil. *Revista Mexicana De Derecho Electoral* 12 (23). UNAM, Ciudad de México, 2025. <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-electoral/article/download/20614/20446/41930>

SANTANO, Ana Claudia. SALGADO, Eneida Desiree; CERVI, Emerson Urizzi; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento de campanhas eleitorais: debates para uma proposta técnica. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil, 2022, <https://transparenciaeleitoral.com.br/2023/11/20/financiamento-de-campanhas-eleitorais-debates-para-uma-proposta-tecnica/>

SANTANO, Ana Claudia. Uma análise desde o ponto de vista econômico da legislação referente ao financiamento da política no Brasil. *Direito Público*, nº 17, 2020.

SANTANO, Ana Claudia. La narcofinanciación de la política. Una comparación entre Colombia, México y Brasil. Bogotá: Universidad Externado, 2022

SANTANO, Ana Claudia; MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. *EL Sistema Político Brasileño desde la perspectiva de la inclusión: Logros y Desafíos*. 2021. Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/2021/02/24/el-sistema-politico-brasileno-desde-la-perpectiva-de-la-inclusion-logros-y-desafios/>

SCHAEFER, Bruno Marques. Reformas do Financiamento de Campanhas como Políticas Públicas: Uma Análise de *Policy Cycle*. *Dados*, v. 68, n. 2, p. e20230071, 2025. <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.2.357>

SOUSA, Juliana; EDUARDO, Maria Cecília; SOUZA, Juliana. Quando o pouco não chega a muitas: análise inicial da distribuição dos recursos públicos de campanha para a Câmara dos Deputados em 2018 no Brasil. *Ex aequo: Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, v. 41, p. 53-69, 2022. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-01/04-maria-cecilia-eduardo-e-juliana-souza.pdf>

ANEXOS

Não há.